

## INCLUSÃO COMO DIREITO

Andrea Cristina Mecenero<sup>1</sup>

Jessica L. K. Hernandez<sup>1</sup>

Marilsa Aparecida Silva Lopes<sup>1</sup>

Regina Célia da Silva Alves<sup>1</sup>

Prof.<sup>a</sup> Ma. Silmara Quintana<sup>2</sup>

1- Discentes do 5º semestre do Curso de Serviço Social da UNIP Campus Campinas

2- Coordenadora e Docente do Curso de Serviço Social da UNIP Campus Campinas

### Resumo

O objetivo da pesquisa foi fazer uma análise sobre o Serviço Social na área da Educação, com enfoque na Educação Inclusiva. Por meio de análises bibliográficas foi feito um breve levantamento sobre alguns marcos da Educação no Brasil e em especial na Educação Inclusiva assim como relacionar a importância que o Estado representa nesse segmento, oferecendo serviços, programas e projetos através de parcerias, além de tomar conhecimento de como se dá a estruturação técnica e operativa do serviço social no segmento da educação, e como se desenvolve o trabalho do assistente social no atendimento às famílias e aos indivíduos na educação inclusiva. A entrevista realizada com a assistente social feita virtualmente, foi semiestruturada com perguntas abertas mostrou que o trabalho desenvolvido está pautado na lógica da garantia de direitos de acesso à educação e da proteção social.

**Palavras-chaves:** Assistente Social, Educação no Brasil, Educação Inclusiva, Garantia de direitos, Serviço Social.

### Apresentação

A pesquisa apresenta a Educação Inclusiva no Brasil e como ela se organiza. Na primeira fase, foi feita a revisão bibliográfica para a apresentação da Educação no Brasil, com foco na educação inclusiva, tanto em seu modelo formal quanto informal. Desde o período colonial até os dias atuais, o sistema educacional brasileiro passou por inúmeras mudanças e avanços, buscando atender os novos interesses da sociedade e de seus governantes.

Na segunda fase, foi feito o levantamento de dados por meio de entrevista com Assistente Social inserida em serviço de educação inclusiva, que trabalha com pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, foi possível perceber a forma como o serviço se organiza para atender e acolher os indivíduos com deficiência, sob a perspectiva da inclusão.

Na terceira fase, analisando os dados obtidos, identifica-se a necessidade da interdisciplinaridade no que diz respeito à educação inclusiva e a importância do trabalho do Assistente Social, além de observar-se a crescente demanda que dos serviços especializados em educação inclusiva possuem.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A Educação no Brasil**

No Brasil, a educação, na maior parte do tempo, foi vista como uma forma de atender os interesses dos governantes de cada época. Como aponta Giron (2014, p. 15), “a política educacional está relacionada ao projeto societário em vigor ou àquele que se busca alcançar, visto que é através da educação que os indivíduos desenvolverão habilidades necessárias para a reprodução do sistema social e econômico implantado”.

Com o fim da ditadura militar, na década de 80, houve uma mudança na proposta educacional buscando adequá-la à lógica neoliberal, a qual visa formar trabalhadores aptos para um mercado competitivo e individualista. A Constituição Federal de 1988 trouxe, segundo Giron (2014, 16), um “acordo político no país, que acolheu muitas contribuições da comunidade escolar” e, assim, em 1996, aprova-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394). Contudo, prevaleceu as propostas educacionais de cunho neoliberal, ou seja, a educação vista sob a ótica da qualificação profissional e não como um projeto de transformação e reconstrução social.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), por sua vez, traz 20 metas para serem alcançadas em um período de 10 anos. Entre as quais estão: universalizar o acesso e atendimento a todos os níveis educacionais; universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência; alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; valorizar profissionais das redes públicas de educação básica; entre outros.

### **A Educação Inclusiva no Brasil**

A Educação Inclusiva surgiu na década de 1968 pela UNESCO, mas só se concretizou em 1986 nos EUA. No Brasil ela está prevista pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pela Constituição Federal com as intervenções do MEC que já desenvolviam esses trabalhos nas escolas, sendo que o objetivo da Educação Inclusiva é incluir as crianças com deficiência no ensino regular rompendo com alguns preconceitos existentes que prevaleçam até a atualidade.

Conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo de número 205, a educação é um direito de todos, “Art. 205/ CF - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL,1988).

Cabe aos Estados reconhecer os direitos a educação das pessoas com deficiência, trabalhando junto aos Municípios para efetivar esses direitos, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

Os direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência nos últimos anos vêm ganhando espaços nos debates políticos nacionais e internacionais, onde diversas pesquisas evidenciam a relação entre as políticas públicas inclusivas e as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU).

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino (inciso III do art. 208 da CF), visando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação, comum a todas as pessoas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular como forma de assegurar o mais plenamente possível o direito de integração na sociedade (BRASIL,1988).

Quando são estabelecidos direitos é importante avaliar cada atendimento educacional individualmente, pois existem casos pontuais onde as condições das pessoas, exigem outras formas de atendimento e organização tanto nas classes comuns como em instituições especializadas.

No contexto da educação para todos, os processos pedagógicos estão relacionados a inserção de ensino e aprendizagem onde questões como respeito à diversidade deverão ser considerados, a escola deverá ser aberta a comunidade procurando flexibilizar com metodologias tradicionais de ensino, dando poder a equipe pedagógica conforme realidade local, onde o foco central será sempre a individualidade do aluno valorizando o que cada um pode produzir tanto no individual como no coletivo.

Com base nos dados do Banco Mundial (BM) a educação inclusiva é fundamental para o desenvolvimento humano e redução da pobreza, onde os princípios apontam que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular requer e significa participação social, econômica, política e cultural da vida em comunidade.

Segundo a Unesco:

Dessa forma, o currículo para a educação dos alunos com deficiência, na perspectiva da Educação Inclusiva, deve: abarcar todas as crianças e suas possibilidades de inserção social; ser balizado por princípios de não discriminação, apreciação da diversidade e da tolerância; ter a questão dos direitos humanos, bem como dos deveres, como parte do conteúdo curricular; ter o conteúdo, os materiais didáticos e os métodos de ensino adequados e relevantes para a vida

dos jovens e adultos; permitir a variação dos métodos de trabalho; ser sensível ao gênero, à identidade cultural e linguística; tratar da questão do desenvolvimento sustentável; refletir visões e metas de desenvolvimento mais amplo em seu país; prever a avaliação constante para revisão regular e mudanças de rumo quando necessário (PLETSCH e SOUZA, 2017, p. 842, apud UNESCO, 2009, p. 19).

Destacando ainda as necessidades de mudanças técnicas, organizacionais e conceituais consideradas fundamentais na construção de sistemas educacionais inclusivos, sendo traçadas estratégia para garantir o direito à educação da criança com deficiência.

### **As estratégias da Educação Inclusiva - formal e informal**

Essas estratégias serão efetivas se estiver sustentada em ações continuadas, envolvendo as seguintes dimensões, políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, famílias e parcerias.

As estratégias pedagógicas desenvolvidas no âmbito da educação inclusiva formal envolvem processos administrativos mais democráticos para a formação do aluno frente a instituição de ensino e da equipe gestora.

Conforme o Art. 12 da LDB 9394/96 os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos e integração da sociedade com a escola;
- VII - Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996).

E cabe ainda aos docentes conforme o Art. 13 incumbir-se de:

- I-Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II-Elaborar e cumprir plano do trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III-Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV-Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V-Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI-Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Foi durante uma Conferência Mundial sobre Educação Especial realizada na Espanha na cidade de Salamanca em 1994 que foram elaborados documentos com análises referentes as mudanças necessárias que as escolas deveriam adotar em busca de capacitar seus espaços assim como seus profissionais para que recebam todas as crianças, jovens e adultos e em especial as crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, reafirmando o compromisso com a Educação para Todos. A esse documento foi dado nome de Declaração de Salamanca e a mesma se tornou um marco para que pessoas com deficiência fossem incluídas nas escolas regulares.

A educação busca que todo trabalho de aprendizagem desenvolvido, seja participativo e voltado para as singularidades do sujeito e que o foco seja as potencialidades de cada um, colocando como base qual é o interesse do aluno, e diante delas são estabelecidos estratégias, métodos e técnicas a serem trabalhadas, precisando ser revistas sempre que se fizer necessário.

Esse trabalho na educação precisa estar sempre voltado a garantia de direito a inclusão, procurando suprir aspectos objetivos e subjetivos, viabilizando a quem necessitar de recursos materiais e apoio as famílias, em condições de vulnerabilidade social e econômica e ainda uma relação entre profissionais, para acompanhamentos e intervenções que se fizerem necessárias na construção de uma cultura inclusiva na escola.

No campo da política pública de Assistência Social, demanda uma visão integrada de todos gestores, rede comunitária e espaços como o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e Serviço de Proteção a Famílias e Indivíduos - PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que tem a perspectiva de garantia dos direitos integrais das familiares e indivíduos.

As políticas públicas sociais compõem o sistema de garantia de direitos, e representam investimentos políticos, sociais e econômicos na lógica da proteção social, que se efetiva na materialização de serviços e de equipes profissionais comprometidas com os processos de inclusão.

### **O fazer profissional na Educação Inclusiva**

O assistente social no uso de suas competências é um profissional de atuação importante no conjunto de ações que visam a efetivação do direito ao acesso à educação inclusiva, portanto o acesso à escola.

Segundo a Constituição Federal de 1988, título VIII, capítulo III, seção I:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL,1988).

O fazer profissional atua nas múltiplas expressões da questão social, que envolvem vulnerabilidade e conflitos familiares comuns quando se trata da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, assim como no reconhecimento necessário da comunidade onde escola e aluno estão inseridos, a fim de facilitar não somente o acesso à escola como também o convívio familiar e comunitário simultaneamente.

O/a assistente social é capaz de mediar e articular as políticas sociais para efetivação de direitos sociais dirigidos as pessoas com deficiência e suas famílias, buscando a garantia do direito a inclusão na rede pública, com os aportes e suportes necessários as singularidades de cada deficiência.

Sendo a educação um direito de todos os cidadãos e a escola um importante meio de introduzir a criança no mundo, a efetivação da matrícula de um aluno não pode nem deve estar condicionada ao seu perfil social, é necessário ações para divulgação e construção de uma cultura de respeito as diversidades e o/a assistente social é um dos profissionais que busca a efetivação da cultura que deve ser trabalhada interdisciplinarmente no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

### **O Lócus da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma OSC – Organização da Sociedade Civil, que em parceria com a política publica de educação e assistência social oferece um serviço de garantia do direito a inclusão de pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista.

### **Apresentação do Serviço de Educação Inclusiva pesquisado**

A Instituição foi fundada em 1989 por um grupo de pais que não encontravam atendimento especializado para seus filhos e desde então segue uma trajetória de crescimento contínuo no atendimento a pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Tem como objetivo promover o pleno desenvolvimento da pessoa com autismo e acolher suas famílias buscando uma melhor qualidade de vida.

### **Relato da entrevista com Assistente Social**

A entrevista com a assistente social, realizada virtualmente foi semiestruturada e seguiu um roteiro de perguntas abertas. As principais perguntas foram:

- Como funcionam as 5 dimensões da educação inclusiva nesta instituição (políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, famílias e parcerias)?
- Como o aluno é avaliado para ser inserido nas turmas e como saber se ele está apto a isso em relação a aprendizagem e parâmetros estabelecidos legislativamente?
- Fale um pouco sobre a união do serviço social com a educação especial e como é manter os direitos sociais desses atendidos?
- Como chegam as demandas ao serviço, como são realizados os encaminhamentos e qual a capacidade de atendimento técnico?
- Quais tem sido as maiores barreiras enfrentadas pelo serviço social, em especial no momento da pandemia de Covid-19, e como tem sido desenvolvido o trabalho?

A instituição está localizada em um município de grande densidade demográfica, inserida em um território que tem outras OSCs ao seu redor como, um Grêmio idealizado e comprado pela própria comunidade, Sindicatos entre outras instituições.

A população do território é bem participativa e interagem de maneira natural e já estão familiarizados com algumas ações desenvolvidas pela organização pesquisada, que são realizadas como festa junina, vendas de alimentos, objetos e outras atividades de captação de recursos financeiros.

A instituição atende autistas na rede PCD – Pessoas com Deficiência, desenvolve o trabalho social por meio de equipe técnica multidisciplinar composta por assistente social, psicóloga, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, educador físico e enfermeiro.

Atende obrigatoriamente usuários inclusos no CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) específico para TEA, porém muitos usuários atendidos são pessoas com deficiências múltiplas.

O serviço social faz a ponte entre a instituição e a família. O primeiro contato entre a família e instituição, é através da assistente social e psicóloga. A dupla psicossocial, faz o acolhimento da família, esclarece sobre autismo, direitos que o usuário e essa família possuem e como a instituição trabalha. No primeiro momento do atendimento mediante a liberação da vaga a assistente social junto com a psicóloga fazem o acolhimento e muitas vezes precisam trabalhar o “luto” das famílias pois muitos chegam ao serviço com um diagnóstico recente e sem conseguir administrar sentimentos, dúvidas e com inseguranças e incertezas de como proceder e sobre as perspectivas futuras.

A princípio o usuário é chamado para uma consulta médica e passa por avaliação dos profissionais da equipe para que possam elaborar o PIA – Plano Individual de Atendimento.

Caso não haja vaga, o usuário entrará numa lista de espera que hoje se encontra em torno de 450 pessoas. Devido a necessidade de urgência ou gravidade, algumas famílias recorrem à Defensoria Pública solicitando a abertura de uma vaga para atendimento, e caso a defensoria retorne com um parecer favorável para a família a instituição é obrigada atender e abrir a vaga para esse usuário. Se houver a vaga disponível, o usuário e família passam pelo acolhimento da equipe médica, depois pela equipe de técnicos, geralmente fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional que avaliam o perfil do usuário para ser elaborado o PIA são feitos encaminhamentos para programas de estimulação precoce que atendem crianças entre 2 e 3 anos, programa de inclusão que atende crianças de 6 a 12 anos, programa que dá suporte para adolescentes nomeado Alta Assistida, programa voltado para adultos que continuam fazendo as terapias a fim de manter o desenvolvimento e autonomia.

No caso do usuário adulto que já alcançou desenvolvimento de sua autonomia como ir ao banheiro, pentear o cabelo sozinho dentre outros, se não for mantida a terapia continuada eles podem acabar retrocedendo em suas habilidades desenvolvidas. Sendo importante manter e sustentar os ganhos obtidos.

A organização atende crianças de 2 anos até adultos de 65 anos, o atendido mais velho na instituição tem 43 anos.

A instituição tem parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, de Saúde e de Educação que oferecem subsídios (no caso da Educação por exemplo) para que a instituição consiga dar apoio a escolarização quando a criança frequenta a escola tradicional e no contra turno frequenta o serviço.

O serviço conta com uma equipe composto por pedagogos, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo e busca desenvolver um trabalho com a criança na parte pedagógica, dando suporte para as escolas e professores para que essa criança tenha um maior desenvolvimento e aproveitamento escolar.

O serviço social, faz o acolhimento e todo acompanhamento, então existe um plano terapêutico que define o que vai trabalhar com aquela criança. Se durante a entrevista, no acolhimento e até mesmo durante as atividades, perceber alguma situação de vulnerabilidade não só em relação ao usuário, mas também em relação aos seus familiares é comunicado ao serviço social e imediatamente, se realizado a entrevista no domicílio.

No período de pandemia restringiu-se ações presenciais, porém não deixou-se de realizar ações como entrevista domiciliar, contato com a família, orientação, encaminhamento tudo o que for necessário para ter o bom resultado do atendido e atendidos.

São vários tipos de demandas, sendo crianças que vêm encaminhadas pela unidade básica de saúde, Conselho Tutelar, CREAS, e por demanda espontânea, porém o procedimento de atendimento é

igual a todos que chegam para acolhimento. Em tendo vaga e o usuário estiver dentro dos critérios e especificidades de cada programa ele é incluído no programa, caso contrário entrará na lista de espera. Hoje o número de atendimento na instituição chega a 258 pessoas. Existe uma relação muito boa de parcerias com o Instituto Ser, Tiquira, Pestalozzi para a efetivação de atendimento as demandas.

O convênio que a instituição possui com a Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação, conta com verba para subsidiar o atendimento de 48 usuários, duas vezes por semana, meio período e ocorre no contraturno da escola, é desenvolvido um trabalho com os usuários na parte pedagógica fonoaudióloga, terapeuta e psicológica com o atendido e familiar, e quando se trata de tratamento com psicólogo, fonoaudiólogo que precisa ser tratado também a família, é solicitado ao serviço social que faça a intermediação para dar seguimento ao atendimento. Assim a equipe realiza reuniões para decidir estratégias e condutas a fim de sanar situações mais complexas. A ponte entre a equipe pedagógica e a escola onde o usuário frequenta é mediaa pelo serviço social da instituição buscando facilitar a troca de informações e melhor entrosamento entre os serviços.

A dificuldade maior que a instituição enfrenta é não ter vagas suficientes para atender a demanda reprimida. Quando existe a vaga ao usuário é possível manter todos os direitos garantidos a ele, mesmo durante o período de pandemia foi possível mantê-los. Os usuários não ficaram desassistidos e tiveram até algumas situações em que as respostas foram muito positivas.

O reconhecimento do trabalho executado está sendo transformador nas famílias pois tomaram consciência da importância de seus papéis em dar continuidade ao trabalho que a instituição desenvolve. Muitos familiares levavam os usuários até a instituição, mas não se atentavam a como eram executados todos os trabalhos desenvolvidos, não sabiam exatamente o que os usuários desenvolviam durante o período de permanência na instituição e por mais que isso fosse exposto a eles durante as reuniões da equipe com a família a compreensão nem sempre foi clara; ganhou-se muito durante essa pandemia em relação a isso.

Segundo a assistente social entrevistada: “Olha o Serviço social é uma profissão desafiadora, todo dia é uma coisa nova, diferente, surpreendente, é algo que num dia você vai se chatear vai ficar triste, no outro dia vai ficar muito feliz”.

## **ANÁLISE DO QUE EXISTE EM CAMPINAS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE FORMAL E INFORMAL E A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

No município, existe uma grande busca aos serviços que oferecem Educação Inclusiva, com uma demanda maior do que tais serviços estão preparados para atender. Contudo, tanto na rede formal quanto

na informal, procura-se manter um atendimento especializado de qualidade, trabalhando sempre a partir da interdisciplinaridade.

No âmbito da Educação Inclusiva, cabe ao Assistente Social o trabalho com as famílias dos usuários atendidos. Responsável pelo acolhimento e acompanhamento das famílias.

O profissional assistente social é parte de uma equipe multidisciplinar, a qual faz o planejamento da estratégia a ser adotada com cada um dos usuários, através de reuniões, de acordo com a singularidade de cada um.

O Serviço Social é, ainda, o mediador entre a escola e a instituição, buscando uma adequada troca de informações entre os serviços, para que, assim, possam oferecer uma melhor qualidade de atendimento, olhando o indivíduo em sua totalidade.

### **Considerações Finais**

Ao longo do tempo a Política de Educação no Brasil vem superando desafios até a implementação da Constituição de 1988, e conforme o que é estabelecido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde abrange processos formativos no desenvolvimento da vida humana na sociedade. São inseridos os direitos na educação especial, conforme instituído na LBI- Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, incluindo a educação as pessoas com deficiência, visto que a educação inclusiva ainda enfrenta uma série de desafios a serem trabalhados.

Verificamos através da pesquisa, que para serem mantidos os direitos sociais a população, é necessário que o Serviço Social desempenhe junto com a equipe multidisciplinar a efetivação de projetos constantemente, pois a verba pública não atende todas as demandas, que contemplem as necessidades dos usuários inseridos no serviço. Um de seus maiores desafios é não ter vaga suficiente para atender completamente a demanda. Serviço esse que deveria ser garantido pelo Estado aos indivíduos, conforme consta nas legislações e que deveria ser ofertado através das políticas públicas.

A estudar a educação inclusiva, e sua efetivação, verificou-se que só a escola não dá conta das demandas singulares para efetivar a inclusão, sendo necessária a rede de apoio, mas que os recursos públicos são limitados, não chegando a contemplar a demanda existente.

Diante do atual cenário do mundo, a Pandemia pelo Covid-19, identificamos aspectos positivos vivenciados por indivíduos, famílias e equipes profissionais comprometidas com a proteção social.

O Serviço Social, desenvolve um importante papel na instituição, tendo sim seus desafios no dia a dia, porém a dinâmica do serviço na qual está inserido apresenta surpresas no convívio coletivo, que os motiva a continuar nesse importante trabalho social.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br>>. Acesso em 30 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. NOB/SUAS. **Norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social**. MDS. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>. Acesso em 25 de fev. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009, reimpressão 2014. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em 27 de fev. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 12 de março de 2021

GIRON, Graziela Rossetto. **REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL**. 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2908/2072>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **PESQUISA SOCIAL Teoria, método e criatividade**. Ed 28. São Paulo. Editora Vozes. 2009.

PLETSCH, MARCIA D.; SOUZA, FLÁVIA F. **A relação entre diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil**; Ensaio: aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro, V.25,nº97;Oct/Dec.2017.Disponível:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362017000400831](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000400831)>Acesso em: 07 abr. 2021.